

# Ensino de história e questões de gênero: observações a partir do Projeto “Os Jovens e a História”

*History teaching and gender issues: Observations based on the “The Youth and History” Project*

Nucia Alexandra Silva de Oliveira\*

## RESUMO

O objetivo do artigo é analisar algumas das respostas obtidas entre jovens de 15 e 16 anos a um questionário de 43 perguntas relacionadas com temáticas relativas a ensino de história, política e juventude no projeto “Os Jovens e a História”. Para essa discussão foram selecionadas especificamente as perguntas sobre a participação das mulheres na história e as relações entre homens e mulheres na vida privada, entre outras questões que permitem relacionar ensino de história e questões de gênero. Constatou-se que os/as jovens percebem positivamente a necessidade de igualdade de direitos para homens e mulheres. Entretanto, os/as jovens não citam heroínas mulheres quando lhes perguntam sobre personagens de destaque na história dos seus países; além disso, colocam em dúvida o conhecimento e/ou reconhecimento da participação das mulheres na história.

Palavras-chave: ensino de história; gênero; jovens e a história.

## ABSTRACT

The aim of the article is to analyze some of the answers obtained from 15 and 16 years old students when answering a 43-question survey about themes related to teaching history, politics, and youth in the “Youth and History” project. For this discussion, questions were specifically selected on the participation of women in History, relationships between men and women in private life, and other issues that allow to relate History teaching and gender issues. It was possible to note that young people perceive the need for equal rights for men and women positively. However, young men and women do not cite female heroines when asked about prominent characters in the history of their countries, also showing doubt as to the knowledge and recognition of women’s participation in History.

Keywords: History teaching; gender; youth and History.

---

\* Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Departamento de História e do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Florianópolis, SC, Brasil. nucia.oliveira@gmail.com

Como área de investigação, o ensino de história tem longa trajetória dedicada a questões fundamentais como formação docente, processos de ensino e aprendizagem e recursos didáticos. Trabalhos abordando as relações de gênero e suas interfaces com o ensino de história não são ainda – infelizmente – muito numerosos. Contudo, é urgente que esse quadro se reverta e que possamos enfrentar a questão, especialmente para neutralizar os esforços organizados sistematicamente pelos grupos que buscam desqualificar os estudos de gênero construindo na população opiniões distorcidas sobre a questão. Esse é o caso, por exemplo, dos projetos que visam proibir educadores de realizar discussões sobre gênero na Educação Básica sob a “acusação” de estarem fazendo o que chamam erroneamente de “ideologia de gênero”.

Participando desse esforço, este artigo foi pensado como forma de dialogar sobre ensino de história e sobre a inserção de questões de gênero nas salas de aula da Educação Básica. Tais reflexões são oportunas e necessárias sobretudo considerando-se o potencial formativo da história. Nesse sentido, cabe lembrar as reflexões do teórico alemão Jörn Rüsen (2010) sobre o aprendizado histórico. Para esse autor, o aprendizado histórico pode ser compreendido como um processo mental de construção de sentido sobre a experiência do tempo, um processo complexo que envolve diferentes dimensões das experiências de passados dos sujeitos, sejam elas individuais ou coletivas.

De acordo com Rüsen (2010) aprender história é uma experiência na qual o pensamento histórico é desenvolvido não por meio de um acúmulo de conhecimentos, mas pela mobilização desses para pensar o passado em relação ao presente. Ou seja, tais conhecimentos são articulados e utilizados para que o sujeito possa compreender o passado e projetar questões e compreensão para o presente e o futuro. São importantes os conceitos de Consciência Histórica e Cultura Histórica para que se possa compreender os modos pelos quais os/as estudantes aprendem história e, também, para que os/as professores/as possam oferecer a eles os instrumentos necessários para a progressão de suas ideias históricas, lembrando que a consciência história é “a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam a sua experiência de evolução atemporal de seu mundo e de si mesmos, de tal forma que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (Rüsen, 2001, p.57). Por sua vez, a cultura histórica é uma categoria de análise que permite refletir e relacionar os discursos sobre a história organizados no espaço público, seus usos e suas

relações com a *história ciência* e com a *história escolar*. Trata-se, portanto, de um conceito fundamental para a compreensão do aprendizado histórico, afinal, quando identificamos a cultura histórica de um indivíduo ou grupo podemos dialogar com os elementos que interagiram na formação da consciência histórica e, conseqüentemente, do aprendizado.

Assim, a proposta deste artigo ancora-se na ideia de que é necessário dialogar com o que pensam os/as jovens como sujeitos que são. A ideia é justamente buscar nesse conhecimento os subsídios para o diálogo nas aulas de história que permitam aos jovens processos formativos sobre o seu passado, presente e futuro.

Parte-se neste artigo de “olhares” de estudantes sobre temas variados e voltados às relações entre homens e mulheres em nossa sociedade e à participação das mulheres na história e na sociedade, entre outros aspectos que possam permitir reflexões sobre esses temas fundamentais para nossa história individual e coletiva. Tais questões são analisadas com base nos dados obtidos em pesquisa que investiga “Os Jovens e a História”.

O projeto “Os Jovens e a História” é uma abrangente investigação coordenada pelo prof. dr. Luis Fernando Cerri (UEPG) e que tem a participação de diversos/as pesquisadores/as do Ensino de História. A coleta de dados foi realizada entre agosto de 2012 e maio de 2013, aplicando-se 3.913 questionários a estudantes de 15 e 16 anos e 288 professores de escolas públicas e privadas<sup>1</sup> em cidades<sup>2</sup> de cinco países: Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai.

A questão central dessa pesquisa é realizar um levantamento sobre a consciência histórica e a cultura política, bem como delinear percepções da aprendizagem escolar da história em diferentes países. Apoia-se na ideia de que tais elementos podem ser observados mediante “resposta a questões em que os sujeitos participantes identifiquem suas concepções gerais sobre o tempo e história, preferencialmente com um componente decisional envolvido” (Cerri; Aguirre, 2011). Nesse sentido e ainda segundo os citados pesquisadores, os questionários foram pensados como instrumentos que podem proporcionar a reflexão metodológica de/sobre elementos da consciência histórica. Para tanto as perguntas e suas respostas foram organizadas para que os/as respondentes pudessem aferir opiniões de concordância/discordância. Pela Escala Likert foram propostos cinco níveis, variando de péssimo (“discordo totalmente”) a ótimo (“concordo totalmente”). Com base nessa Escala são atribuídos valores

numéricos para as respostas – com valor de -2 (“menos 2”) para a mais negativa a 2 (“mais 2”) para a mais positiva. A compilação de tais dados<sup>3</sup> utilizou programas específicos, e sua análise permitiu conhecer a concordância média para cada afirmação e o desvio padrão das respostas.

O questionário dos estudantes traz 43 perguntas que buscam investigar desde o significado do aprendizado da História e seus objetivos até ponderações sobre conceitos e conteúdos estudados. Os/as estudantes também são convidados/as a responder/opinar sobre juventude e democracia. Para a discussão deste artigo foram analisadas as respostas obtidas no que se refere a questões que, de algum modo, deixem espaço para a problematização das ideias desses/as jovens estudantes sobre temáticas relativas às relações de gênero e à presença das mulheres na história, na política e na vida pública, entre outros temas. Também se observaram as respostas desse grupo de jovens sobre a juventude e o modo como eles se percebem como sujeitos de/em seu tempo.

Vale lembrar que temas relacionados a questões de gênero, diversidade, cidadania etc. têm lugar importante na cultura escolar e, ainda que ameaçados na atual conjuntura das reformas educacionais em curso, precisam continuar presentes nos espaços escolares temas educativos que são. Nesse sentido, este artigo é também uma manifestação da necessidade de levar para a sala de aula essas temáticas como modo de promover o aprendizado histórico formativo também em relação a tais temas. Afinal – voltando às reflexões de Rüsen (2010) –, a formação histórica dos sujeitos está longe de ser apenas um acúmulo de dados ou informações sobre o passado. Muito mais do que isso: o ensino de história pode participar da formação dos estudantes como sujeitos que, percebendo no tempo rupturas, transformações e continuidades em diferentes instâncias sociais e culturais, possam reconhecer em seu presente formas de lidar com elas, de modo a construir relações democráticas e cidadãs, de respeito, tolerância e liberdade.

Os dados que vou expor envolvem aspectos da cultura histórica de jovens estudantes entrevistados para a pesquisa. Não são dados definitivos, têm caráter de amostra. Contudo, para além da limitação implicada em toda pesquisa, as respostas aqui apresentadas são representativas de grupos distintos em alguns aspectos e correlatos em outros: são jovens estudantes chamados a opinar sobre si e seus modos de ver o mundo. Nesse sentido, o estudo tem um grande potencial: a chance de uma reflexão oportuna sobre as ideias dos jovens

estudantes sentados em diferentes bancos escolares de nossas cidades. Sujeitos que vivem diferentes relações e que, baseados nelas, têm muito a nos contar.

#### SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO, OS JOVENS E A HISTÓRIA: APONTAMENTOS BASEADOS EM UMA PESQUISA

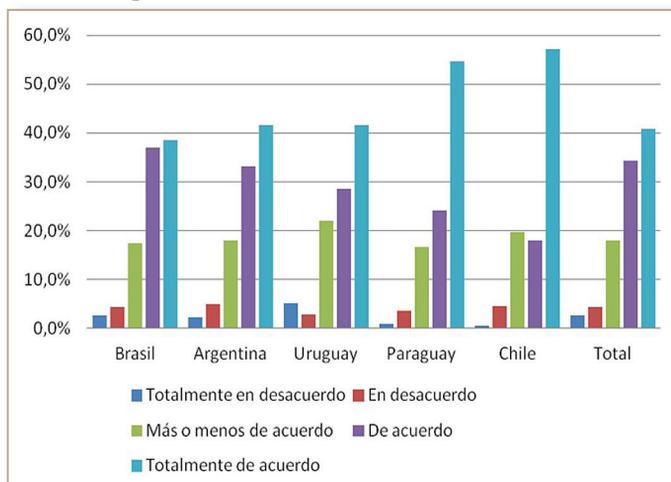
Como dito anteriormente, os professores e professoras envolvidos na pesquisa “Os Jovens e a História” elaboraram e aplicaram a jovens de diferentes países um questionário composto por 43 perguntas bastantes diversas. Analisando-as, percebi que embora a palavra “gênero” não seja explicitamente utilizada, algumas das perguntas e/ou alternativas podem ser mobilizados para que, ao conhecer as ideias históricas desses/as estudantes, possamos analisar suas expressões sobre relações de gênero e ainda sobre as interseções dessas com a história. A questão 39 do questionário é um exemplo. Ela coloca em evidência o cuidado com filhos, relações homens e mulheres, homossexualidade e, também, uma proposição sobre tolerância religiosa. A questão pede aos estudantes que assinalem seu grau de concordância/discordância com quatro afirmações. São elas:

- a) Deve haver responsabilidade igual do homem e da mulher no cuidado com os filhos e no trabalho doméstico.
- b) Eu aceito ter amigos e amigas homossexuais.
- c) Para mim não há problemas em ter amigos de outras religiões.
- d) A mulher sempre teve um papel importante nas conquistas e lutas da história.

As afirmações, como se pode ver, consideram apenas um único modelo de família, com o casal formado por homem/mulher. Também poderíamos considerar problemático que a afirmação B fale em “aceitar” amigos/as homossexuais, como poderia falar talvez em “respeito” a eles/elas. Contudo, e apesar desses limites percebidos, reitero que as questões permitem que alguns dados importantes sejam conhecidos no que se refere às percepções sobre amizade, arranjos familiares e o papel das mulheres na história e nas conquistas sociais.

Vejamos a seguir os quadros de respostas dadas a cada uma das afirmações. Começemos pela afirmação A: “Deve haver responsabilidade igual do homem e da mulher no cuidado com os filhos e no trabalho doméstico” (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Comparação por países para as respostas referentes à afirmação “A”, Questão 39

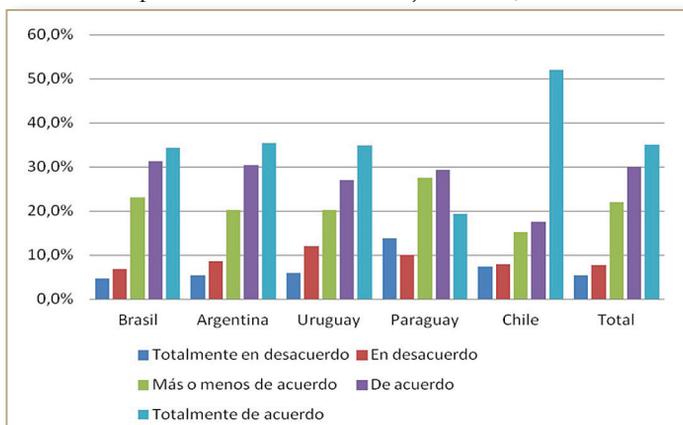


Fonte: Disponível em <http://proyectozorzal.org>;  
Acesso em: 20 nov. 2016.<sup>4</sup>

A análise desse gráfico mostra que de forma geral os/as jovens entrevistados/as concordam em que homens e mulheres devem compartilhar o serviço doméstico e o cuidado com os filhos. Pouco mais de 40% responderam “Concordo totalmente”, e por volta de 35% estão “De acordo”. Os dados brasileiros também apontam maioria dividida entre “concordo” e “concordo totalmente”. Vale destacar que, entre os cinco países, os dados do Chile e do Paraguai são os que têm maior destaque para a expressão “Concordo totalmente” – ambos acima de 50%.

A seguir, temos as respostas dadas para a afirmação B, que diz: “Eu aceito ter amigos e amigas homossexuais” (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Comparação por países para as respostas referentes à afirmação “B”, Questão 39

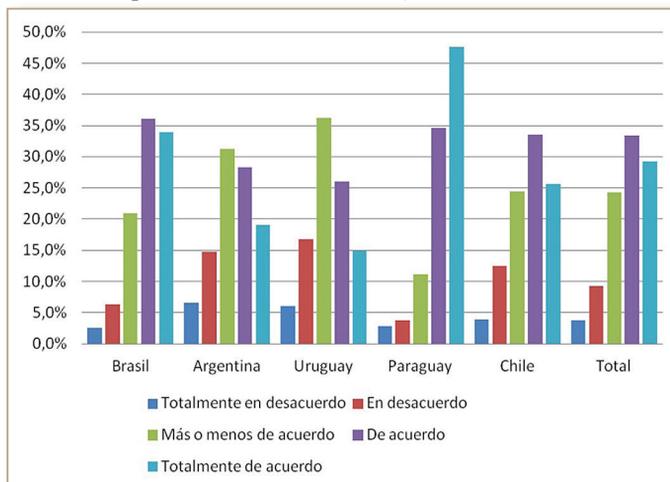


Fonte: Disponível em: <http://proyectozorzal.org>;  
Acesso em: 20 nov. 2016.

Na afirmação B, que questiona se os jovens “aceitam” ter amigos homossexuais, temos respostas “positivas”. Os dados brasileiros, na faixa dos 30% para “concordo” e pouco mais de 30% para a opção “concordo totalmente”, apontam para a aceitação. Por sua vez, as opções “neutra” (mais ou menos) ou de “discordância” nessa opção precisam ser observadas, pois juntas indicam uma parcela de estudantes em dúvida ou negando a aceitação a colegas homossexuais. Esse é um dado preocupante, afinal, expõe os conflitos existentes entre os jovens quando se trata de sexualidade. Vale dizer ainda que nos dados de cada país, o Chile traz o percentual de maior destaque, com a opção “concordo totalmente” assinalada por 51%. Esse número, como se pode ver, é bastante superior aos outros dados do país, além do que é o maior índice de aceitação por país.

Na sequência são apresentados os dados coletados para a afirmação D, que fala sobre as mulheres e sua participação na história:

Gráfico 3 – Comparação por países para as respostas referentes à afirmação “D”, Questão 39



Fonte: Disponível em: <http://proyectozorzal.org>;  
Acesso em: 20 nov. 2016.

Os dados do Gráfico 3, especificamente, levantam questões nas quais os estudos de gênero e história das mulheres se fazem necessários para mudanças nos conteúdos de história. A afirmação é: “A mulher sempre teve um papel importante nas conquistas e lutas da história”. E ainda que a resposta total seja positiva (as respostas “Concordo” e “Concordo totalmente” somadas atestam isso), os índices de respostas “Discordo” e “Mais ou Menos” não podem passar despercebidos. No Brasil, por exemplo, 21% assinalaram a opção “Mais ou menos”, e por volta de 8% indicam discordar ou discordar totalmente da afirmação – somados, temos quase 30% dos/das estudantes dizendo que não conhecem/reconhecem o papel das mulheres em lutas e conquistas da história. Apesar de não constituírem maioria ou mesmo de estarem longe disso, esse grupo de jovens é significativo. Lembro que esses dados resultam de amostras estatísticas, mas cada número representa um/a estudante e, nesse sentido, é importante sua consideração.

É difícil levantar hipóteses ou explicações para esse dado, contudo alguns aspectos permitem a geração de estratégias para que os/as estudantes possam conhecer e reconhecer a participação das mulheres na história. Como se sabe,

uma concepção de história e de ensino de história privilegiou por muito tempo fatos e heróis masculinos. Os homens foram protagonistas das guerras e da tomada de decisões, enfim, dos grandes acontecimentos. As mulheres apareciam pouco ou muito pouco, na figura de algumas tímidas heroínas, citadas como coadjuvantes e apresentadas em cantos de páginas, boxes de curiosidades de livros didáticos ou outros lugares com pouco destaque.

A esse respeito cabe dedicar atenção à única questão aberta (a de número 33) presente no trabalho, que pedia: “Escreva abaixo o nome de 3 heróis, por ordem de importância para o seu país”. Nos 3.913 questionários respondidos nos cinco países pesquisados, muitos nomes foram listados: personagens históricos, celebridades da música, do esporte e da política por exemplo. Mas um fato saltou aos olhos – a maioria dos nomes é de homens. Talvez uma crítica ao enunciado, que pedia nomes de heróis (no masculino), possa ser feita, mas acredito que a questão seja mais complexa que isso. O dado é representativo da Cultura Escolar e da Cultura Histórica dos estudantes e não chega, portanto, a surpreender a hegemonia masculina nessa lista. Também não o é o fato de que a figura feminina mais lembrada nos questionários brasileiros seja o da princesa Isabel. Novamente evidencia-se um dado de nossa cultura histórica escolar que, como dito, privilegiou durante anos figuras masculinas, brancas e pertencentes a camadas de elites. Uma ideia que, aliás, não foi formada nem será alterada de um momento para outro, simplesmente.

Para que ocorram mudanças e outros/as personagens passem a ser também conhecidos pelos/as estudantes faz-se necessário um grande empreendimento para a inserção de novas/outras temáticas nas aulas de História. Novos nomes certamente passarão a figurar na lista de heróis/heroínas – quando outros enfoques forem dados às narrativas de nossa história e quando outros sujeitos forem incluídos. Na realidade, esse movimento já se anuncia, pois, nos dados coletados nos questionários brasileiros a presença de nomes como Maria da Penha, Olga Benário, Chica da Silva e Dilma Rousseff, mesmo citados poucas vezes, colocam a esperança da inserção de outras personagens em nossa História. Nesse aspecto, cabe adiantar que as políticas de inserção de temáticas de gênero são cada vez mais necessárias para que as mulheres estejam presentes nos conteúdos históricos escolares e que sua participação seja relacionada aos homens sem protagonismos de um ou de outro. Somente com equilíbrio e

visibilidade será possível formar gerações de estudantes que reconheçam a igualdade entre os sujeitos.

A esse respeito cabe analisar a questão de número 37, “O que você pensa da democracia?”, observando especificamente a Afirmação 1, que pede opiniões para esta frase: “Não é autêntica enquanto homens e mulheres não tiverem direitos iguais em todas as situações”. Para uma reflexão sobre as respostas utilizo os dados por país coletados pela manipulação do *software* Tableau e sistematizado na Tabela 1:

Tabela 1 – Dados gerais para a afirmação 1 da Questão 37 (porcentagem)

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo em parte	Concordo	Concordo totalmente
Total/países	4,88	11,11	33,41	28,45	22,16
Brasil	4,87	10,92	35,61	27,68	20,92

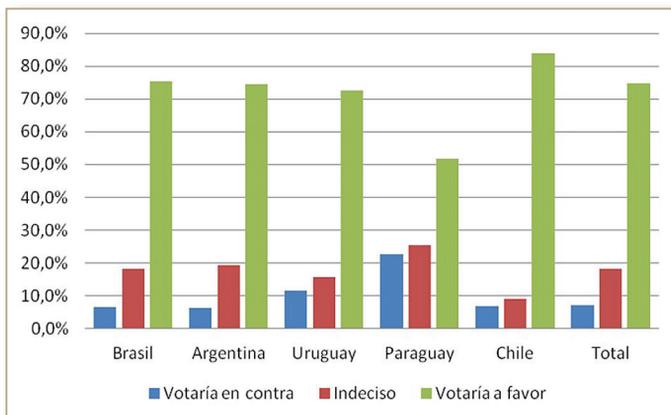
Fonte: Quadro produzido pela autora com base nos dados do Projeto.

Nessa tabela percebe-se que as respostas positivas “Concordo” e “Concordo Totalmente” somadas a “Concordo em Parte” receberam maioria de aceitação pelos/as entrevistados/as, indicando que os jovens dos cinco países relacionam a igualdade entre homens e mulheres como pressuposto para a democracia.

A linha inferior dessa tabela traz os dados específicos do Brasil, para comparação. As respostas dos/das brasileiros/as foram semelhantes às dos estudantes dos demais países, com leve diferença apontando para menor concordância com a frase em termos totais. Esse resultado aponta, portanto, para a constatação de que a maioria dos jovens relaciona democracia com a partilha igualitária de direitos por homens e mulheres.

A ideia pode ser novamente percebida quando analisamos a Questão 41: “Os temas a seguir são polêmicos, em que você votaria a favor ou contra?”. A afirmação que nos interessa aqui é a C, que problematiza a “Plena igualdade entre homens e mulheres no trabalho, na administração da casa e na política”. Os jovens responderam desta maneira:

Gráfico 4 – Comparação por países para as respostas referentes à afirmação C, Questão 41



Fonte: Disponível em: <http://proyectozorzal.org>;  
Acesso em: 20 nov. 2016

No gráfico temos o dado relevante de mais de 70% de respostas favoráveis; a exceção está no Paraguai, onde “apenas” pouco mais de 50% informaram seu apoio à ideia de igualdade entre homens e mulheres. Vale registrar que esse voto favorável aponta novamente para a compreensão do cenário e para a articulação entre participação das mulheres na sociedade e vivência de condições democráticas.

Esses dados podem indicar que os jovens acreditam num futuro mais igualitário e democrático para homens e mulheres? Creio que sim. Novamente tomando os dados da pesquisa podemos fazer algumas considerações, mas agora com o foco nos jovens entrevistados e no modo como se veem.

A Questão 38 propõe objetivamente: “Como são os jovens de nosso país? Marque apenas uma alternativa, a que você considerar a mais importante”. Para responder a essa questão foram indicadas oito características, três das quais podem ser definidas como “negativas” – irresponsáveis, violentos e individualistas –, e cinco como “positivas” – trabalhadores, participativos, criativos, comprometidos e solidários.

Para uma discussão mais objetiva, serão analisados os dados do Brasil, onde os/as jovens assinalaram as características-descrições expostas na Tabela 2.

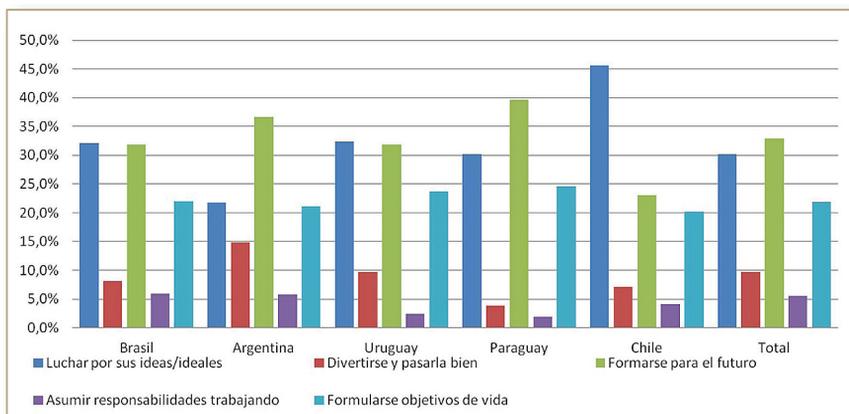
Tabela 2 – “Como são os jovens”, Questão 38, respostas no Brasil (porcentagem)

Irrespon-sáveis	Individua-listas	Criati-vos	Partici-pativos	Trabalha-dores	Violen-tos	Compro-metidos	Solidá-rios
28,7	26	15	9,3	7,9	7,4	3,4	2,25

Fonte: Quadro produzido pela autora com base nos dados do Projeto.

A descrição “seca” dos dados enunciados nessa resposta aponta que os jovens se veem de modo negativo: afinal, são irresponsáveis e individualistas. No entanto, a comparação de tais dados com os de outra questão permite uma avaliação mais ampla. Trata-se da questão de número 42, que diz: “Marque apenas uma alternativa, a que você considerar mais importante, em sua opinião, a juventude deve...”. As respostas estão reunidas no Gráfico 5:

Gráfico 5 – Respostas à Questão 42, comparação entre os países



Fonte: Disponível em: <http://proyectozorzal.org>;  
Acesso em: 20 nov. 2016.

As respostas mais escolhidas pelos brasileiros/as informam que eles veem na juventude a necessidade de “lutar por seus ideais” (ação coletiva) em lugar semelhante ao “formar-se para o futuro” (ação individual) e “formular objetivos de vida” (também ação individual).

A análise conjunta das respostas às questões 41 e 42 permite pensar que esses/as jovens entendem que seu lugar não é o do “compromisso” ou da “responsabilidade”. Afinal, são jovens. Ainda: entendem a juventude como momento de viver a luta por seus ideais, mas entendem que o futuro depende das decisões que estão tomando ou que tomarão. Nesse sentido eles se entendem como sujeitos de suas escolhas e parecem relacioná-las às decisões mais gerais da sociedade. Assim, retornando às opiniões expressas nas questões sobre democracia e participação social das mulheres e dos homens – que segundo os/as estudantes precisam ser igualitárias –, podemos refletir: como pensar o ensino de história para dialogar com esses/as jovens?

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS... PARA PENSAR JUNTO: JOVENS, GÊNERO E ENSINO DE HISTÓRIA

Existem muitos caminhos para pensar o ensino de história. São escolhas feitas a cada dia, com objetivos diferentes, metodologias também distintas e realidades igualmente diversas. E não são caminhos tranquilos. Considerando a complexidade do processo de ensino e aprendizagem, é preciso acreditar no compromisso formativo que temos quando estamos em sala, lidando com os saberes de estudantes de diferentes níveis de escolarização. Partindo de tal compromisso, compreendendo a importância do processo de aprendizagem em diálogo com os estudantes e, ainda, entendendo a potencialidade formativa do aprendizado histórico, é preciso caminhar para que esses componentes estejam juntos nas diferentes atividades didáticas de professores e estudantes.

O ponto de partida deste artigo foi o reconhecimento de que o aprendizado histórico é uma experiência formativa que extrapola a aquisição de informações pontuais de conteúdo. Com base no que propõe o alemão Jörn Rüsen (2010), destacou-se a reflexão sobre o potencial formativo do aprendizado histórico, resultante das experiências que os sujeitos vivenciam dentro e fora do espaço escolar.

Observando os dados coletados na pesquisa “Os Jovens e a História” e analisando as respostas às questões selecionadas para este artigo, constata-se um quadro “positivo” na percepção dos/das jovens quanto à necessidade de igualdade de direitos para homens e mulheres. As respostas também

apontaram para a concordância dos/das estudantes em assegurar os direitos das mulheres em questões públicas e privadas. Ou seja, os dados obtidos indicam sensibilidade para uma relação equilibrada entre homens e mulheres.

Mas a análise também mostrou que os/as jovens não relacionam heroínas mulheres quando consultados sobre personagens de destaque na história dos seus países. E que eles/elas também se colocaram em dúvida no que diz respeito ao conhecimento/reconhecimento da participação das mulheres na história. Em outras palavras, quando o assunto é perceber essa participação, notam-se desconhecimento e lacunas que entendemos ser parte da cultura escolar construída e vivida por esses/as estudantes.

Por fim, percebemos que os/as estudantes entrevistados compreendem a juventude como momento de menor compromisso, mas de grande criatividade.

Esses dados nos falam da juventude e de sua cultura histórica. E – como aponte em diferentes momentos deste artigo – servem de referencial para a construção do processo de ensino de história, bem como para seleção e/ou reformulação de conteúdos. Cabe explicar: de um lado é possível visualizar a potencialidade/necessidade da inserção de temáticas que extrapolam o rol de conteúdos formais (e que no caso podem colocar em cena discussões sobre cidadania, respeito a orientação sexual, o “papel” de homens e mulheres na família etc.); de outro, percebe-se a possibilidade de incorporar abordagens mais plurais aos temas tradicionais do ensino de história para que não se restrinjam aos acontecimentos políticos (estou me referindo à tematização de fatos, eventos e personagens, quando vistos de modo isolado).

O gênero como categoria de análise está incorporado aos estudos historiográficos e tem possibilitado trabalhos diversos e extremamente oportunos. Como historicizam os trabalhos de Scott (1990), Pedro (1994) Veiga e Pedro (2015), o caminho trilhado pelos estudos de gênero partiu da história das mulheres e passou pela História Social e História Cultural. Não foram caminhos de “progresso”, de estabilidade ou tranquilos, pelo contrário: não há uma forma única de compreender ou abordar gênero como categoria, e certamente há polêmica quando o assunto é abordado. Vale lembrar que:

O conceito de gênero, no sentido político que se conhece na atualidade surgiu com força na segunda metade dos anos 1980, tendo sido construído

coletivamente e de modo desafiador, pela colaboração de algumas teóricas do feminismo, que percebiam a vulnerabilidade dos termos mulher ou mulheres ... Gênero buscaria então dar conta de relações socialmente construídas, que partem da contraposição e do questionamento dos convencionados gêneros feminino e masculino, suas variações e hierarquizações. (Veiga; Pedro, 2015, p.304-305)

Não é intenção deste artigo verificar as diferentes formas de abordagem do gênero como categoria de análise, pois tais questões extrapolam a discussão proposta. Trata-se aqui de indicar suas potencialidades no ensino. Nesse sentido, Sueli Gomes Costa nos propõe que os estudos de gênero sirvam “para decodificar os sistemas de poder e subordinação ao lado da história brasileira de diferentes espaços e períodos” (Costa, 2009, p.199). E ainda: “Examinar temas transversais a partir desse conceito ou das noções nele embasadas ... leva a ampliar a visibilidade dos termos em que homens e mulheres se relacionam e constroem, em conjunto, processos culturais e civilizatórios, na diversidade de suas experiências concretas” (Costa, 2009, p.200).

Concordando com tais apontamentos e relacionando as respostas analisadas anteriormente constata-se o grande espaço de diálogo que temos com os jovens no reconhecimento de relações não hierárquicas entre homens e mulheres, afinal, a maioria deles declara ser favorável a esse ponto. As respostas enunciadas mostram a tendência de defesa, entre os/as jovens, da partilha entre homens e mulheres na divisão de tarefas domésticas e cuidados com os filhos. Eles/elas acreditam, ainda, que a democracia não é algo autêntico enquanto homens e mulheres não têm direitos iguais em todas as situações. Essas respostas evidenciam sensibilidade ao tema, mas precisam ser aprofundadas e amadurecidas para que possam significar um número ainda mais absoluto em relação a essas questões. Não podemos esquecer que:

A ideia de homem, mulher, criança organiza de modo natural todas as relações cotidianas de poder, impregna as formas de nomear e classificar, em muitas representações, aqueles seres inferiores/superiores e fortes/fracos. As escolas ratificam tais formas; o ensino de história se defronta com o senso comum cheio dessas significações e dá lugar a visões dualistas partilhadas no cotidiano: o homem e a mulher, o velho e o jovem, o branco e o preto, o rico e o pobre etc. (Costa, 2009, p.200)

A naturalização a que a autora se refere está presente na cultura histórica dos jovens. E pode ser percebida quando analisamos os elementos que a constroem, seja na escola onde se estuda sobre os heróis e onde pouco se fala das heroínas (os dados da pesquisa também evidenciam isso), seja na mídia que expõe corpos femininos e masculinos em relações simbólicas diferenciadas, seja no mercado de trabalho, que paga mais aos homens do que às mulheres. Os/as jovens estão rodeados de imagens idealizadas de homens e mulheres que além de constituir modelos impossíveis de serem alcançados, ainda se tornam elementos para hierarquização das relações vivenciadas por eles. E só pode haver mudança se tais questões forem pensadas, problematizadas de modo significativo.

Os dados coletados e analisados na pesquisa informam que a cultura histórica dos jovens que responderam aos questionários não comporta número significativo de mulheres como protagonistas da história. Um elemento significativo e representativo de um ensino que por tradição historiográfica privilegiou narrativas políticas com centralidade para homens brancos como sujeitos dos grandes feitos históricos. Nesse sentido é preciso investir na renovação temática e de abordagem, pois a perspectiva dos estudos de gênero também alcança essa tarefa. Aliás, segundo Sueli Costa, este é um desafio para o ensino de história: “Para uma nova perspectiva, não se pode deixar de avaliar o quanto repetir antigos modos de ensinar história nos torna participantes da propagação de preconceitos, base de discriminações de vários feitios. No uso do conceito de gênero ... há muitas desconstruções a fazer na história do Brasil” (Costa, 2009, p.200).

Longe de pretender enunciar metodologias de ensino ou ainda de oferecer soluções para essa desconstrução, o presente artigo buscou projetar reflexões para que professores/as de história possam perceber em seus fazeres as mudanças necessárias para o constante refazer que é o ensino de história. Sim, existem muitas desconstruções a serem feitas, assim como lacunas a serem preenchidas. Não há receitas a serem apresentadas, mas temos algumas ideias dos elementos que possam contribuir para que novos/outros movimentos sejam vivenciados em aulas de história. As respostas dos/das estudantes apontaram sua receptividade para o debate. Nesse sentido, é preciso agir oferecendo a eles/elas subsídios para uma formação histórica que contemple a diversidade, a cidadania, a liberdade. Também se faz necessário recrutar os estudos feitos para inserir

não apenas as mulheres nas narrativas históricas, mas também outros grupos estranhamente chamados de “minorias”.

Como fazer? Insisto, não se trata aqui de formatar propostas, contudo não parece errado dizer que temos um bom caminho a ser trilhado para contribuir na formação dos/das estudantes de história quando optamos por construir narrativas de ensino que não sejam unilaterais nem privilegiem grupos específicos. No caso específico das temáticas de gênero vale lembrar que “são matéria recolhida do cotidiano e da intimidade, possibilitando reexaminar as abordagens históricas que abstraem essa matéria por estarem apoiadas, ainda, nos acontecimentos políticos e/ou administrativos, nas estruturas impessoais de poder” (Costa, 2009, p.203). Ou seja, são abordagens vividas e sobre as quais os/as estudantes têm a oportunidade de opinar, relacionar e, assim, construir conhecimentos.

Entendo que as questões de gênero não precisam ser construídas em estudos à parte dos ditos “conteúdos” formais de ensino. E que não se trata, tampouco, de construir uma história das mulheres em paralelo à história “geral”. Se os dados analisados aqui evidenciaram lacunas, penso que essas podem ser preenchidas justamente com estudos que compreendam que as experiências de homens e mulheres ao longo do tempo se fizeram juntas. No entanto, cabe reconhecer e discutir com os/as estudantes os processos nos quais as relações de poder legaram para homens e mulheres “papéis” distintos na história. Nesse diálogo entre o passado e o presente (que pode mobilizar as mais diferentes questões) é possível vivenciar o aprendizado histórico de modo mais relacional e formativo. Ainda que estejamos vivendo tempos de incerteza quanto ao lugar do ensino de história nos currículos escolares, não podemos duvidar de seu potencial: o de atuar na formação dos sujeitos. Afinal, aprendemos história para a vida.

## REFERÊNCIAS

- BERGMANN, Klaus. A História na Reflexão Didática. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.9, n.19, p.29-42, set. 1989/fev. 1990.
- CERRI, Luís Fernando; AGUIRRE, Mariela Coudannes. Jovens e sujeitos da História. *Estudos Latino-Americanos*, Porto Alegre: Ed. PUC-RS, v.37, n.1, p.125-140, 2011.

Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/7488/0>; Acesso em: 10 nov. 2016.

COSTA, Sueli Gomes. Gênero e História. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009. p.187-208.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis: Terceiro Milênio, n.2, p.35-44, 1994.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *Revista História da Historiografia*, Ouro Preto, n.2, p.163-209, mar. 2009. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/12>; Acesso em: 1 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Experiência, interpretação, orientação: as três dimensões da aprendizagem histórica. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão. *Jörn Rüsen e o ensino de História*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010. p.79-91.

\_\_\_\_\_. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Ed. UnB, 2001.

\_\_\_\_\_. ¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. s.d. Disponível em: [http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura\\_historica.pdf](http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf); Acesso em: 10 mar. 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul./dez. 1990.

VEIGA, Ana Maria; PEDRO, Joana Maria. Gênero. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (Org.) *Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. p.304-307.

## NOTAS

<sup>1</sup> Nas cidades participantes os questionários foram aplicados em sete escolas, seguindo esta descrição: *Escola pública de excelência* (mantida pelo poder público municipal, estadual ou federal, posicionada entre as melhores escolas públicas do município no ranking do ENEM de 2010 ou 2011); *Escola pública central* (referência geográfica, trata-se de escola pública comum que se localiza no centro da cidade ou bastante próxima ao centro); *Escola pública de periferia* (a referência é geográfica e social: trata-se de escola pública em bairro distante do centro e geralmente habitado por pessoas de renda baixa); *Escola rural* (geralmente pública, mas sua mantenedora pode ser privada, caracteriza-se por se localizar fora da área urbana, embora possa estar em distritos ou bairros rurais; seu principal público é o de filhos de trabalhadores em atividades do setor primário da economia: agricultura, pecuária, pesca, atividades extrativistas ou mineração); *Escola privada laica* (caracteriza-se por

ser mantida por uma instituição privada com objetivo de lucro, em que os alunos pagam pelo serviço educacional que recebem, por isso ela também pode ser caracterizada como escola-empresendimento); *Escola privada religiosa* (caracteriza-se por ser mantida por uma instituição religiosa, independente da confissão); *Escola privada alternativa* (trata-se de escola cooperativa de professores e/ou pais, ou escola que foge ao padrão empresarial em favor de uma pedagogia alternativa ou experimental). Ver: <http://proyectozorzal.org/investigacion/?lang=pt-br>; Acesso em: 30 nov. 2016.

<sup>2</sup> De acordo com o portal onde estão dispostos alguns dos dados da pesquisa; “Sempre que possível buscou-se que os questionários fossem coletados em até três tipos de cidades: grande (capital nacional, que é a referência administrativa, econômica e social para o país), média (capitais regionais, consideradas polo regional em seu estado e regiões de estados vizinhos) e pequenas (com menos de 50 mil habitantes e que são referência no máximo para poucas cidades menores vizinhas)”. No Brasil os questionários foram aplicados nestas cidades: Florianópolis/SC, Dourados/MS, Parintins/AM, Itararé/SP, Passo fundo/RS, Ponta Grossa/PR, Porto Alegre/RS, Teixeira de Freitas/BA, Belo Horizonte/MG, Aracaju/SE, São José dos Campos/SP, Cáceres/MT, Cuiabá/MT, Rondonópolis/MT, Três Lagoas/MS, Brasília/DF, Curiúva/PR, Ituiutaba/MG e Uberlândia/MG. Disponível em: <http://proyectozorzal.org/investigacion/?lang=pt-br>; Acesso em: 10 nov. 2016.

<sup>3</sup> Dados sobre o projeto podem ser conhecidos no *blog* do Grupo de Estudos de Didática da História e no *site* do Projeto Zorzal, nos seguintes endereços: <http://gedhiblog.blogspot.com.br/p/jovens-e-historia-no-mercosul.html> e <http://proyectozorzal.org/>; Acessos em: 21 nov. 2016.

<sup>4</sup> Os gráficos apresentados neste artigo foram extraídos do *site* do Projeto Zorzal (<http://proyectozorzal.org/>; Acesso em: 15 nov. 2016). Esse *site* apresenta dados que podem ser utilizados pelo pesquisador mediante o *software* chamado Tableau. No entanto, para as análises apresentadas aqui optei por usar os gráficos “prontos”, que trazem a compilação dos dados coletados para cada questão e por país. Como dados gerados pelo sistema, as legendas aparecem em espanhol e não podem ser modificadas pelo pesquisador; nesse caso, para cada dado obtido optei pela tradução livre das legendas no corpo do texto.

---

Artigo recebido em 30 de junho de 2017. Aprovado em 2 de agosto de 2017.